



100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



## **Análise da relação da Quantidade de Participantes Ativos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) com o Ambiente Socioeconômico**

**Ivone Pedro de Lima**

**Pontifícia Universidade Católica de Goiás**

**e-mail: ivonepedrodelima@gmail.com**

**Elis Regina de Oliveira**

**Pontifícia Universidade Católica de Goiás**

**e-mail: elisregina@pucgoias.edu.br**

**Geovane Camilo dos Santos**

**Pontifícia Universidade Católica de Goiás**

**e-mail: geovane\_camilo@yahoo.com.br**

**Dryelle Laiana de Jesus Silva dos Santos**

**Pontifícia Universidade Católica de Goiás**

**e-mail: dryellelayana@gmail.com**

### **Resumo**

O objetivo desta pesquisa é analisar a relação da quantidade de participantes ativos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar com as variáveis PIB, taxa de desocupação, inflação (IGPM), taxa de juros (Selic), quantidade de EFPC e fluxo de participantes, no período de jul./2008 a jun./2019. Este estudo contribui com a lacuna existente sobre o tema, ao evidenciar a relação do ambiente socioeconômico e a quantidade de participantes ativos de planos de previdência, administrados por EFPC. Utilizou-se pesquisa quantitativa, descritiva e documental. A análise foi mediante estatística descritiva e *boxplot*, e evidenciou características distintas entre as EFPC, segmentadas em: setor privado, instituidor e público. Aplicou-se os testes não paramétricos de medianas (*Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*), e correlação de *Spearman*, ambos com nível de significância de 5%. Constatou-se diferenças significativas entre as medianas das quantidades de participantes em todos os segmentos. O teste de correlação de *Spearman* revelou associação positiva entre a quantidade de participante ativo (setor privado) e taxa de desocupação e negativa com a quantidade de EFPC desse segmento. A quantidade de participante ativo (instituidor) está associada positivamente com quantidade de EFPC e taxa de desocupação e negativamente com taxa Selic. No setor público, a quantidade de participante ativo está associada inversamente com a taxa de desocupação. Logo, esses resultados sugerem que o crescimento do número de participantes do setor privado e instituidor cresceu, mesmo com redução da taxa de desemprego. No setor privado, a redução da quantidade de EFPC, decorrente da concentração de entidades multipatrocinadas, conduziu ao aumento de participantes.

**Palavras-chave:** EDUCAÇÃO FINANCEIRA; FUNDO DE PENSÃO; PREVIDÊNCIA PRIVADA; PREVIDÊNCIA SOCIAL. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA



ORGANIZAÇÃO



APOIO



**Linha Temática:** Outros temas relevantes em contabilidade – Responsabilidade Social e Ambiental

## 1 Introdução

A reforma da Previdência Social ocupou lugar de destaque em debates políticos e técnicos, que resultaram nas propostas conduzidas pelo governo Temer e posteriormente pelo governo Bolsonaro. Em novembro de 2019 foi aprovada a Emenda Constitucional n. 103, alterando o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa discussão foi pressionada pelos sucessivos déficits RGPS, apurados conforme metodologia utilizada pelo governo para qual há controvérsias (Lourenço, Lacaz, & Goulart, 2017).

No entanto, as mudanças demográficas, ocorridas ao longo das últimas quatro décadas, decorrentes do aumento da expectativa de vida e redução da taxa de fecundidade conduziram ao aumento da razão de dependência de idosos. A combinação dessas duas variáveis coloca o equilíbrio do resultado do RGPS em risco, considerando o regime de financiamento de repartição simples (Teles, Málaga, & Muinhos, 2020). Neste contexto, as alterações nas regras de cálculo da renda de aposentadoria foram sendo revistas desde 1999, com a inclusão do fator previdenciário e mudanças na metodologia de cálculo do salário de benefícios, incluindo período mais longo para a média aritmética, resultando em menor valor de benefícios (Lavinias & Araújo, 2017).

A tendência de redução do valor de benefícios previdenciários, conjugado com maior diferimento para a concessão, em virtude do aumento da idade mínima exigida para requerer renda de aposentadoria apresentam maiores desafios para os segurados que não se enquadram nas regras de transição. Nesse contexto, há maior nível de exigência de educação financeira e previdenciária, para obtenção de patrimônio, que gere renda para suplementar a aposentadoria, na fase de pós-carreira. Assim, a previdência complementar, um dos pilares da Previdência Social, ganha maior relevância para atender aos trabalhadores com renda, principalmente superior ao teto de benefício da Previdência Social (R\$ 6.101,06, em 2020) (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar [ABRAPP], 2020; Sutto, 2019; Vitorino, 2017).

A previdência complementar, cuja adesão é facultativa, se subdivide em Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC). As EFPC, por estar vinculadas às empresas patrocinadoras, que contribuem para o plano de previdência ofertado aos seus empregados, também está condicionada ao ambiente socioeconômico (Lei Complementar nº 109, 2001). Assim, o número de participantes ativos de EFPC pode sofrer influência do Produto Interno Bruto (PIB), taxa de desocupação, inflação (IGPM), taxa de juros (Selic), quantidade de entidades fechadas, entre outras variáveis (Constanzi et al., 2017; Souza, 2017).

Conforme contextualização investiga-se a seguinte questão: qual é a relação entre a quantidade de participantes ativos de planos de previdência, vinculados às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e as variáveis socioeconômicas (PIB, taxa de desocupação, inflação, taxa de juros, quantidade de entidades e fluxo de entrada e saída de participantes), no período de jul./2008 a jun./2019? Norteadas por essa questão, esta pesquisa tem por objetivo analisar a



100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



relação entre a quantidade de participantes ativos das EFPC e o ambiente socioeconômico. Além disso, o estudo propõe analisar se há diferença significativa entre as medidas de posição das quantidades de participantes ativos, para os segmentos: privado, instituidor e público e para o fluxo de participantes do total das EFPC.

Os participantes ativos das EFPC são oriundos dos três segmentos: empresas do setor privado, instituidores e empresas com predomínio de participação do setor público, conceituadas a partir de então como participante do segmento setor público. O segmento de EFPC do setor privado se caracteriza pelo vínculo exclusivo com empresas do setor privado, que contribuem para o plano de previdência. Enquanto as EFPC do segmento instituidor são caracterizadas pelo vínculo com entidades associativas, em geral sem contribuição patronal para plano de previdência. O segmento do setor público é composto por EFPC vinculadas com entidades com predomínio da participação do setor público (Lei Complementar nº 109, 2001). As variáveis consideradas neste estudo como socioeconômicas são: PIB; taxa de desocupação, quantidade de EFPC, inflação (IGPM); taxa de juros (Selic), fluxo de entrada e de saída de participantes ativos.

Conforme estudos correlatos verifica-se uma lacuna que trate a influência do ambiente socioeconômico sobre a adesão e permanência dos participantes de planos de previdência, administrados por EFPC. Assim, esta pesquisa contribui para compreender essa relação, por segmento, e ampliar a reflexão sobre as escolhas e permanências dos trabalhadores por planos de previdência administrados por EFPC, em conformidade com o ambiente socioeconômico. Favorece, também, o estabelecimento de estratégias de promoção de educação previdenciária para esse público-alvo, vis-à-vis à conjuntura econômica e estrutura organizacional desse sistema. Além disso, instiga novas pesquisas, contribuindo para sensibilização da importância e os desafios de se estabelecer diretrizes de educação financeira e previdenciária para países com ciclos de crescimentos econômicos oscilantes (Paula & Pires, 2017; Rabelo, 2000).

## 2 Referencial Teórico

Esta pesquisa está alicerçada pela Teoria do Comportamento do Consumidor, que considera os consumidores racionais ao fazer suas escolhas maximizadora de seu bem-estar, inclusive quanto ao futuro (Pindyck & Rubinfeld, 2010). As escolhas intertemporais, considerando inclusive a dimensão psicológica no processo de tomada de decisão sobre como alocar a renda, com vista a preservar poder aquisitivo no pós-carreira, podem conduzir às diversas opções por investimentos, observadas a preferência em relação ao risco, inclusive planos de previdência privada (Mankiw, 2015; Pindyck & Rubinfeld, 2010). A educação financeira e previdenciária insere-se neste arcabouço teórico, ao capacitar o cidadão para exercer a escolha maximizadora de bem-estar, considerando a complexidade dessa área.

Neste contexto, a educação e alfabetização financeira fazem parte do programa internacional, conduzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), envolvendo os países membros e os demais que aderirem de forma voluntária, caso do Brasil (OCDE, 2005). O conceito de educação financeira está fundamentado em um conjunto de conhecimentos básicos direcionados para capacitar os cidadãos, afim de melhor compreender e relacionar consumo, renda e riqueza, com base em conhecimento de riscos e oportunidades financeiras, com vista a aumentar seu bem-estar econômico-financeiro (OCDE, 2005). De acordo com Savoia, Saito e Santana (2007), a educação financeira ocorre por meio de método de



100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



transmissão de conhecimento capaz de promover competências e habilidades fundamentadas, formando cidadão para atuar com crédito, financiamentos, empréstimos e investimentos de maneira mais consciente nas tomadas de decisões econômicas e financeiras, evitando comprometer seu futuro.

No entanto, apenas o conhecimento obtido por meio da educação financeira não tem sido suficiente para promoção de mudanças de comportamento financeiro do indivíduo (Shu, Pontes, Massalai, Santana, Silva, & Nomi, 2017). Nesse sentido, a OCDE defende a implantação de programas de educação financeira de forma que possam educar consumidores, em conjunto com a alfabetização financeira (OCDE, 2005).

A alfabetização financeira está relacionada com a atitude do cidadão em usar o conhecimento sobre educação financeira a seu favor, de forma eficaz (England & Chatterjee, 2005; Silva, Silva, Vieira, Desiderati, & Neves, 2017). Para esses autores a alfabetização financeira está associada, em geral, às pessoas com maior nível de escolaridade e maturidade. Além disso, os governantes em conjunto com a OCDE, buscam mediante programas estruturados a implantação de projetos de educação financeira e previdenciária, a fim de melhorar o nível de alfabetização financeira da população e conscientizá-la sobre a importância de consumir de forma consciente e constituir poupança previdenciária. Logo, a educação previdenciária é compreendida como um ramo da educação financeira, cujo objetivo é esclarecer e orientar pessoas para acumulação de patrimônio para a fase de aposentadoria, portanto, realização de investimento em longo prazo.

O nível de alfabetização financeira dos indivíduos é motivo de preocupação dos governantes, visto que, pessoas que possuem baixos índices de conhecimentos financeiros, tendem às escolhas não racionais (Silva *et al.*, 2017). Essa situação conduz ao aumento do grau de inadimplência interna do país, ou a opção por investimentos que não atendem ao perfil de investidor comprometendo seu futuro econômico (Silva *et al.*, 2017).

Estudo como o de Savoia *et al.* (2007) demonstra preocupação diante da necessidade de implantação de programas que disseminem conhecimento destinado à formação de pessoas. Dessa forma, é importante a conscientização sobre os efeitos de inflação, juros, inadimplência, uso consciente do consumo de bens e serviços, bem como a opção de investimentos adequados ao valor do capital, risco, liquidez, e tempo do dinheiro investido. Logo, a educação previdenciária exige conhecimento prévio relativo aos investimentos em longo prazo, que melhor se adeque ao orçamento do cidadão, liquidez e aceitação de risco, entre outras variáveis que o indivíduo precisa conhecer, de forma a optar adequadamente pelo investimento em renda destinada à fase de aposentadoria (OCDE, 2005).

A complexidade dos investimentos tornou o conhecimento de cada modalidade, suas respectivas características e adequação ao perfil do investidor um desafio internacional contemporâneo, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento (OCDE, 2005). England e Chatterjee (2005), em pesquisa realizada no Reino Unido destacaram a iniciativa dos governantes, em conjunto com as organizações dos setores público e privado, ao incluir várias disciplinas sobre educação financeira na grade curricular dos alunos que possuem até 16 anos. Os pesquisadores ressaltaram, ainda, que embora o sistema educacional seja diferente entre Inglaterra, Países de Gales, Escócia e Irlanda, o objetivo dos quatro países é o mesmo: facilitar a aquisição de habilidades, conhecimentos, compreensão e responsabilidade.

Nessa direção, Huston (2010) ressalta a importância de estabelecer e mensurar, de forma





100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



hábil, a educação e alfabetização financeira com a finalidade de entender o impacto educacional das pessoas, assim como as dificuldades encontradas por elas no momento de uma escolha eficaz na área financeira. Essa autora salienta que, nesse contexto, o objetivo de políticas públicas nos Estados Unidos da América (EUA) é elevar o nível de alfabetização financeira do consumidor, a fim de melhorar a qualidade das decisões econômico-financeiras dos cidadãos. Com diversas pesquisas realizadas por décadas, a autora observa que há relação direta entre educação financeira e alfabetização financeira. Além disso, ela identifica que nem todos os programas de educação financeira apresentam eficácia, pois além da alfabetização existem outras variáveis que afetam as escolhas do consumidor como impulsividade, preconceitos comportamentais, preferências incomuns ou circunstâncias externas.

O Brasil está inserido no Programa Internacional de Educação Financeira, desde 2007, com o Comitê Nacional de Educação Financeira, responsável pela coordenação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), envolvendo as ações de entidades públicas e privadas relacionadas à educação financeira e previdenciária no país (Brasil, 2010). Esses programas dão ênfase em conhecimentos sobre consumo e investimentos em longo prazo, com vista a alcançar a acumulação de patrimônio, oportunizando a complementação de renda de aposentadoria oficial no futuro (CVM, 2020; Previc, 2020; Susep, 2020).

A realização de investimentos para aposentadoria está diretamente relacionada à renda e à educação financeira previdenciária, conforme estudo direcionado para investigar quem economiza para a fase de aposentadoria, em âmbito internacional (Demirgüç-Kunt, Klapper, & Panos, 2016). Trabalhadores conscientizados da relevância da renda complementar de aposentadoria tendem a aderir com maior naturalidade aos planos de previdência complementar ofertados pelas EFPC. Nesse contexto, a conjuntura econômica, evidenciada pelo nível de emprego, da produção, taxa de juros e inflação, também pode afetar a expansão desse segmento (Pochmann, 2015).

O comportamento das variáveis macroeconômicas: PIB, nível de emprego, inflação e juros, podem condicionar o ambiente macroeconômico em que as EFPC estão inseridas. Neste contexto, torna-se relevante evidenciar o conceito e a relação esperada dessas variáveis com a quantidade de participantes ativos das EFPC. Conceitua-se o PIB como a soma do valor adicionado, decorrente da produção de bens e serviços finais gerados no país, em um determinado período e local, com possibilidade de ser expresso em valor nominal ou real (Blanchard, 2004). Portanto, mede o nível de atividade econômica do país, em determinado período de tempo.

Enquanto o nível de emprego, avaliado pela taxa de desocupação é relevante para este estudo, pois segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020) desocupação refere-se à condição da pessoa com 14 anos ou mais, que está desempregada e efetivamente buscando trabalho. Desse modo, a soma dos desocupados com os ocupados resulta na força de trabalho disponível no mercado. Assim, a taxa de desocupação é expressa pela razão entre o número de pessoas desocupadas e a força de trabalho (Blanchard, 2004). Esse autor ressalta a existência de relação entre taxa de desocupação e nível de produção, bem como entre taxa de desocupação e inflação.

A Lei de Okun evidencia que a relação entre as variáveis: taxa de desocupação e Produto Interno Bruto é inversamente proporcional ao longo do tempo, com crescimento do PIB associado à queda da taxa de desemprego. A Curva de Phillips apresenta relação inversa entre



100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



taxa de desocupação e Inflação (Blanchard, 2004). Assim, aumento da taxa de desocupação acima da taxa natural conduz a menor renda média, por consequência reduz demanda, pressionando os preços para baixo, logo provocando redução da inflação. Nesse contexto, vale ressaltar o conceito de inflação, como fenômeno de aumento persistente e generalizado dos preços, em determinado período e local (Assaf Neto, 2018).

Norteados por esses conceitos e relações entre as variáveis observou-se que houve acentuada variação da taxa mensal de crescimento do PIB nominal, ao longo do período de jul./2008 a jun./2019 (Bacen, 2020). Esse período é marcado pela crise econômica internacional, deflagrada em outubro de 2008, decorrente da Crise do *subprime* em 2007 nos EUA, com efeitos no Brasil suavizados em 2010. A recessão econômica no segundo semestre de 2014, em conjunto com cenário político conturbado, prorrogou a crise econômica até 2016, seguida por crescimentos em torno de 1% do PIB.

Ao diminuir o nível de produção, ocorreu desligamento de trabalhadores e redução ou fechamento de empresas. Observou-se que em períodos de redução da taxa de crescimento nominal do PIB ocorre aumento da taxa de desocupação, nos meses subsequentes (Cacciamali & Tatei, 2016). A recessão econômica (2014-2016) resultou em demissões, ocupação precarizada, maior rotatividade de trabalhadores, redução e extinção de empresas. O setor industrial foi afetado de forma significativa, reduzindo a quantidade de postos de trabalhos formais, em geral com maiores salários (Cacciamali & Tatei, 2016; Pochmann, 2015). Destaca-se que esse setor, em geral, tem maior possibilidade de ofertar planos de previdência complementar aos seus empregados.

O IGPM é um índice que mede e registra a inflação de preços com base em média ponderada de três índices: 60% do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA); 30% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC); 10% do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), mensurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), refletindo a evolução de preços das atividades produtivas (FGV, 2020). Esse índice é utilizado com frequência para atualização de valores referentes a contratos, fundos de investimentos, mercado de previdência e seguros, entre outros. Há relação entre inflação e taxa de juros, sendo essa um instrumento de política monetária para gerenciar inflação, utilizada com frequência pelo Bacen, pois se espera que elevadas taxas de juros provoquem desestímulos ao consumo das famílias e empresas, pressionando a inflação para baixo.

No entanto, Assaf Neto (2018) ressalta a situação *trade-off*, pois ao elevar taxa de juros, a dívida pública aumenta em função da comercialização de títulos públicos, além de provocar também, redução da arrecadação e aumento do déficit público. Esta pesquisa utiliza como parâmetro de juros, a taxa determinada pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), por ser a taxa básica de referência para a formação dos juros de mercado, portanto norteia as operações no mercado monetário e de crédito (Assaf Neto, 2018).

Com base na série histórica da Selic e IGPM analisou-se o comportamento de taxa de juros e inflação (Bacen, 2020; FGV, 2020). Observou-se que desde jul./2008 até abr./2010, a inflação passou por decréscimo, com taxa Selic acima da inflação, no período que o país se ajustava às consequências da crise internacional (outubro de 2008). Com a expansão do PIB em 2010, estimulado por juros mais baixos desde 2009, impulsionou a alta do IGPM, que voltou a ser pressionado para baixo com a elevação dos juros em agosto de 2011. A taxa Selic voltou a crescer no segundo semestre de 2013 e manteve a tendência até out./2016, com a finalidade de



100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



interromper a escalada da inflação, forçando o retorno dela para o nível previsto. Assim, observa-se que após período com alta de inflação (IGPM), há período com alta de taxa Selic, pois é utilizada com instrumento de política monetária para controle do nível de preços, ao estimular a redução geral do consumo. Logo, observa uma defasagem, pois em geral, o processo inflacionário antecede ao período de juros altos (Assaf Neto, 2018). Após conhecer o comportamento das variáveis macroeconômicas no período em análise, torna-se necessária a revisão de literatura para identificar principais trabalhos similares à proposta desta pesquisa, possibilitando a discussão de resultados.

Lavinas e Araújo (2017) investigaram a relação entre o sistema público de aposentadorias e pensões no Brasil, estruturado sob o regime de repartição simples e o segmento de previdência complementar, estruturado na modalidade de contribuição definida. Foi utilizado o método série temporal mensal, no período de 2002 a 2014, com total de 154 observações. Como principais resultados identificaram que o aumento do total de receitas com sistema público de previdência (aposentadorias e pensões) fortaleceu o segmento de previdência complementar. E aumento do teto de benefício da previdência social implica em desestímulo a ampliação do total de receitas do segmento de previdência complementar. Logo, esperava-se que houvesse estímulo ao crescimento da previdência complementar, como mecanismo de proteção do bem-estar econômico-financeiro no pós-carreira, pois as sucessivas reformas têm conduzido à redução do valor médio de benefício (aposentadorias e pensão por morte), mesmo que o teto máximo não tenha sido alterado.

Garcia (2016) analisou as demonstrações contábeis de 15 fundos de pensões, no período de 2004 a 2011, investigando se as EFPC foram afetadas pela a crise econômica ocorrida no ano de 2008. Aplicou o teste de média de T de *Student* e o teste de *Mann-Whitney*, em três momentos: um; dois e três anos, antes e após a crise de 2008, com a finalidade de avaliar se os índices financeiros e atuariais foram sensibilizados. Como resultado verificou-se que as 15 maiores EFPC do país não apresentaram diferenças estatisticamente significativas para a maioria desses, sugerindo que a crise internacional de 2008 não impactou a capacidade financeira das instituições analisadas.

Constanzi *et al.* (2017) evidenciam que a previdência complementar é pouco difundida no país, com adesão apenas 3,40% do total dos trabalhadores ocupados com cobertura suplementar aos benefícios previdenciários assegurados pelos regimes oficiais, considerando os micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE (2015). Para esses autores o principal desestímulo se deve ao salário médio do brasileiro estar muito abaixo do teto máximo de benefício do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), portanto, pequena parcela com salário acima do teto de contribuição, torna-se público-alvo para esse benefício.

Por outro lado, há a expectativa de mudança nesse cenário, com as sucessivas reforma da previdência, desde 1998, que tem promovido redução no valor médio de benefício de aposentadoria e pensão por morte, distanciando o segurado do valor máximo do teto de benefício. O que conduziria ao aumento da demanda por previdência complementar, elevação da poupança interna, aumento da quantidade participantes ativos das EFPC, tendo em vista que muitos planos já alcançaram a maturidade.

A evolução da quantidade de participantes e da quantidade de entidades abertas (EAPC) e fechadas (EFPC) administradoras de planos de previdência complementar foram investigadas por Souza (2017). Foi aplicada a técnica séries temporais, considerando 188 observações mensais



100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



(jan./2002 a ago./2017) para as EAPC e 88 observações trimestrais (jan./1997 a fev./2017) para as EFPC. E foram obtidos os seguintes resultados referentes às variáveis: concentração do número de entidades abertas; crescimento da quantidade de EFPC decorrente da criação dos fundos de pensão para servidores públicos, principalmente no período de 2003 a 2008 (art. 40 da Constituição Federal – EC n.41) e em 2012 pela criação de EFPC para entidades de classes e crescimento da quantidade de participantes das EAPC superior às EFPC, sendo que essa última teve forte adesão pelos servidores públicos em 2017.

### 3 Aspectos Metodológicos

Esta pesquisa classifica-se em: quantitativa, pois foram utilizadas técnicas de estatística descritiva, teste de médias, teste de normalidade e correlação; e descritiva, por caracterizar a relação entre a quantidade de participantes dos planos de previdência administrados pelas EFPC e as demais variáveis. Utilizou-se, também, a estratégia de coleta de dados secundário, considerando as séries histórica das variáveis, concedidas pelo Ministério da Economia/Previc, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Bacen e IBGE (Marconi & Lakatos, 2017).

A população deste estudo está composta pelo total de participantes ativos (2.606.589) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), segmentados em setor privado (61,49%), instituidor (9,63%) e setor público (28,88%) e pelo fluxo de entradas e saídas de participantes do total das EFPC. A determinação da escala temporal (jul./2008 a jun./2019) foi condicionada à disponibilização de informações pelo Ministério da Economia/Previc, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação do Cidadão (e-SIC), Processo: 030060002851202087, referente aos dados da população das EFPC.

A Tabela 1 apresenta a relação de variáveis utilizadas neste estudo, considerando como variáveis dependentes participantes ativos, em cada segmento, e as entradas e saídas de participantes de todo o sistema. As variáveis explicativas consideradas foram: quantidade de EFPC, PIB, taxa de desocupação, inflação e taxa de juros. Todas as variáveis são quantitativas e expressas em valores mensais.

Tabela 1. Relação das variáveis utilizadas (jul./2008 a jun./2019)

Variável	Sigla	Unidade
<b>Ativos do segmento das EFPC</b>		
Participantes Ativos do Setor Privado	Ativos (Setor Privado)	Pessoa
Participantes Ativos de Instituidor	Ativos (Instituidor)	Pessoa
Participantes Ativos do Setor Público	Ativos (Setor Público)	Pessoa
<b>Variáveis do sistema EFPC</b>		
Quantidade de EFPC do Setor Privado	Qtde_EFPC_Setor Privado	Pessoa
Quantidade de EFPC Instituidor	Qtde_EFPC_Instituidor	Pessoa
Quantidade de EFPC do Setor Público	Qtde_EFPC_Setor Público	Pessoa
<b>Fluxo de participantes ativos do sistema EFPC</b>		
Entradas de participantes ativos	Entrada de ativos	Pessoa
Saídas de participantes ativos	Saída de ativos	Pessoa
<b>Variáveis macroeconômicas</b>		
Produto Interno Bruto	PIB	(%)





100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Taxa de desocupação	Taxadesocup	(%)
Inflação	IGPM	(%)
Juros	Selic	(%)

Fonte: Elaborado pelos autores. Obs.: 132 observações por variável, com periodicidade mensal.

O banco de dados foi preliminarmente organizado em planilha do *Microsoft Office Excel*, e o tratamento estatístico realizado com *Software for Statistics and Data Science (STATA 12.0)*. As estatísticas descritivas e *boxplot* (diagrama de caixa) possibilitaram analisar a média, desvio padrão, mínimo e máximo das variáveis, bem como identificar a presença de *outliers* em cada segmento (Fávero & Belfiore, 2020).

Para análise da normalidade das variáveis aplicou-se o teste de Shapiro-Wilk recomendado para  $n > 30$ , considerando nível de significância de 5% (Fávero; Belfiore, 2020). Em decorrência de ausência de normalidade, usou a correlação de *Spearman*. Posteriormente aplicou-se o teste U de *Mann-Whitney* (não-paramétrico) para verificar se há igualdade nas medianas de cada setor. Para testar simultaneamente se as medianas dos três perfis de participantes ativos dos segmentos: setor privado, instituidor e público são estatisticamente iguais foi aplicado o teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*.

#### 4 Resultados e Discussão

Ao analisar a variável quantidade de participantes ativos, com 132 observações mensais (Tabela 2) verifica-se que o setor privado apresenta proporção 4,8% de desvio padrão em relação à média, portanto, com baixa variabilidade. No período em análise houve crescimento contínuo de participantes ativos para os segmentos: privado e instituidor, sendo a quantidade em julho de 2008 o número mínimo e em junho de 2019 o valor máximo.

Tabela 2. Estatísticas descritivas da amostra, por segmento (jul./2008 a jun./2019)

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<b>Participantes ativos por segmento</b>				
Ativos (Setor Privado)	1.501.738,00	73.031,57	1.338.596,00	1.602.878,00
Ativos (Instituidor)	145.962,40	70.845,33	39.412,00	250.935,00
Ativos (Setor Público)	743.749,00	26.227,85	680.240,00	804.127,00
<b>Quantidade de EFPC por segmento</b>				
Qtde_EFPC_Setor_Privado	223,00	26,84	185,00	262,00
Qtde_EFPC_Instituidor	19,42	1,29	16,00	21,00
Qtde_EFPC_Setor_Público	85,55	2,38	83,00	90,00
<b>Fluxo de participantes ativos do sistema EFPC</b>				
Entrada de ativos	39.768,00	19.854,00	20.579,00	120.652,00
Saída de ativos	34.994,00	19.921,00	14.410,00	130.616,00
<b>Variáveis macroeconômicas</b>				
PIB	0,68	3,62	-7,83	9,07
Taxadesocup	10,66	2,54	6,90	15,90
IGPM	0,48	0,61	-1,10	1,90
Selic	0,81	0,20	0,47	1,22

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos resultados da pesquisa.

O segmento instituidor apresenta média de participantes ativos, menor quando comparado



100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



com o setor privado. A proporção de variabilidade do desvio padrão em relação à média (coeficiente de variação) é relativamente alto, representando 48,54%. A menor quantidade de participantes e o maior crescimento (240,40%), quando comparado com os demais segmentos deve-se ao fato do instituidor ser recente na evolução histórica da previdência complementar (Brasil, 2001; Previc, 2020). O setor privado apresenta o segundo maior crescimento (11,01%), seguido pelo setor público (3,88%).

Em 2018, o perfil do total de ativos das EFPC estava composto pela maioria de homens (66,09%), com predomínio (51,96%) na faixa etária entre 35 e 54 anos (Previc, 2020). Ressalta-se que para participantes ativos (instituidor) não há vínculo de emprego e predominam trabalhadores considerados profissionais liberais, portanto a adesão e permanência deles nos planos de previdência, exige maior grau de educação e alfabetização previdenciária (Constanzi *et al.*, 2017; Demirgüç-Kunt *et al.*, 2016).

O setor público apresenta menor variabilidade com proporção de 3,53% do desvio em relação à média. Nesse segmento, a quantidade máxima de 804.127 foi observada em agosto de 2013, indicando redução a partir de então, que pode ter sido afetada pela saída para aposentadoria, sugerindo que as vagas não foram repostas, quer seja pelos sucessivos déficits públicos ou pela reorganização dos processos produtivos nas patrocinadoras, com uso de tecnologias poupadoras de mão de obra (Constanzi *et al.*, 2017; Pochmann, 2015). Esses resultados estão coerentes com menor rotatividade de trabalhadores vinculados ao setor público, quando comparado com os dois outros setores. Porém, conforme Carvalho (2020) é esperado crescimento do número de participantes do setor público, principalmente pela exigência da Emenda Constitucional n. 103 de 2019, quanto à oferta efetiva de planos de previdência complementar para os servidores públicos (municipais, estaduais e federais).

Ainda, segundo Carvalho (2020) cogita-se para próxima reforma previdenciária a redução do teto de benefício da Previdência Social, o que aumentará a demanda por planos de previdência complementar para os trabalhadores com salários acima do teto. Esses novos ingressos de participantes ativos elevará a poupança previdenciária para patamar acima de cem por cento do PIB, como ocorre na Austrália, Islandia, Holanda, Suíça e Reino Unido, países em que o teto de benefício da previdência social é reduzido, mitigando a pressão sobre o resultado da Previdência Social e ampliando a poupança interna, mesmo que grande parcela dela seja investida em títulos públicos, instrumento de financiamento da dívida pública.

Ao analisar o total das entradas e das saídas de participantes ativos das EFPC observa-se que a média e o desvio padrão entre elas possuem valores próximos, com saldo positivo. Em geral, o fluxo de entrada e saída de participantes ativos com adesão aos planos patrocinados, apresenta relação de dependência com a taxa de rotatividade de empregados, das patrocinadoras, pois há interação entre as políticas de recursos humanos da patrocinadora com os respectivos planos de previdência (Freitas, Fernandes, Kronbauer, & Steil, 2019).

Ainda, conforme Tabela 2, analisou-se a variável quantidade de EFPC, por segmento. O setor privado apresenta como mínimo 185 entidades, no início do ano de 2019, e o máximo de 262, em julho de 2008, evidenciando uma redução de 29,39%. Com queda de 23,81% nas entidades do grupo instituidor, e declínio de 7,78% nas entidades do setor público. A redução da quantidade de EFPC, ao longo do período analisado, é justificada pelo crescimento de entidades na modalidade multipatrocinadas, evidenciando concentração de mercado, por meio do aumento de planos, com diferentes patrocinadores, que se juntam em uma única entidade, com vista a

obter escala e por consequência redução dos custos, especialização e ganhos de qualidade (Abrapp, 2020; Previc, 2020).

O uso do *boxplot* mostrou que 75% das entradas de participantes no sistema de previdência complementar estão abaixo de 41.715, considerando os três segmentos: setor privado, instituidor e público. Enquanto as saídas, por motivo de desligamento do plano ou pela migração para a condição de aposentado, respondem por 39.196 participantes. Observa-se, também, que as saídas apresentam valores extremos ainda mais elevados. Em geral o saldo do fluxo de participantes ativos deixa resultado médio positivo. Essa técnica ratificou a relevância de analisar o setor de EFPC forma segmentada.

Ressalta-se, que no período de discussão da reforma previdenciária (jan./2016 a jun./2019) ocorreu crescimento negativo do número de participantes ativos do setor público, em decorrência da redução (1,23%) do âmbito federal, embora tenha ocorrido crescimento positivo para entidades vinculadas na esfera municipal (25,02%) e estadual (2,38%). Assim, é possível constatar que, enquanto o segmento instituidor vem demonstrando evolução positiva o setor público federal apresentou tendência contrária.

Em função da maioria das variáveis não apresentarem distribuição de probabilidade normal (teste Francia-Wilk; valor\_p  $\leq 5\%$ ), foram aplicados os testes não paramétricos de *Mann-Whitney*; *Kruskal-Wallis* e *Spearman*. Conforme Tabela 3, a hipótese nula de igualdade entre as medianas foi rejeitada, com nível de significância de 5% para os dois testes aplicados, indicando diferenças significativas entre as medianas, inclusive para as entradas e saídas.

Tabela 3. Teste de medianas (*Mann-Whitney*) e *Kruskal-Wallis* para participantes ativos de EFPC por segmentação de mercado

Descrição do teste <i>Mann-Whitney</i>	Valor_p
H <sub>0</sub> : medianas do setor privado e instituidor são iguais	0,0000
H <sub>0</sub> : medianas do setor público e instituidor são iguais	0,0000
H <sub>0</sub> : medianas do setor público e privado são iguais	0,0000
H <sub>0</sub> : medianas de entrada e de saídas de participantes ativos das EFPC são iguais	0,0000
Descrição do teste de <i>Kruskal-Wallis</i>	
H <sub>0</sub> : medianas de participantes ativos dos três segmentos são iguais	0,0001

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme Tabela 4, há associação negativa entre número de participantes ativos do setor privado e a quantidade de EFPC, pois à medida que ocorre redução das EFPC o número de participantes cresce. Essa associação inversa é explicada pela concentração de entidades ao longo do período, com redução de 29,01%, principalmente por terem se tornado multipatrocinadas, enquanto a quantidade de participantes ativos cresceu em 19,74% (Previc, 2020). Esse resultado é corroborado pelo o estudo de Sousa (2017), que evidenciou aumento no número de participantes nas EFPC, motivados pela reforma previdenciária de 2003 e 2017.

Tabela 4. Correlação *Spearman*: Segmento setor Privado (jul./2008 a jun./2019)

	Ativos	Qtde_EFPC	Entrada	Saída	PIB	Desocup	IGPM	Selic
Ativos	1,000							
Entrada	-0,009	1,000						
Saída	0,095	0,476*	1,000					
Qtde_EFPC	-0,825*	0,104	-0,088	1,000				



100% ON-LINE

## A Contabilidade e as Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



PIB	-0,032	0,000	-0,196*	0,054	1,000		
Desocup	0,399*	-0,281*	-0,018	-0,671*	0,063	1,000	
IGPM	0,137	0,021	0,000	-0,045	0,064	-0,056	1,000
Selic	-0,006	0,056	0,154	0,211*	0,058	-0,029	-0,066 1,000

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme resultados da pesquisa. (\*) valor  $p \leq 5\%$ .

Observa-se, também, associação positiva entre número de participantes ativos do setor privado e taxa de desocupação, sugerindo que aumento da taxa de desocupação, equivalente à redução de número de postos de trabalho, conduziu ao aumento do número de participantes ativos do setor privado, contrariando o geralmente esperado. Esse quadro sugere, que apesar das demissões de empregados formais – aumento da taxa de desocupação, não afetou de forma acentuada os participantes com perfil de maior nível educacional e renda, quando comparados com os demais trabalhadores brasileiros (Constanzi *et al.*; 2017; Demirgüç-Kunt *et al.*, 2016).

Ressalta-se que o ano de 2017 foi marcado com as maiores taxas de desocupação, chegando ao pico de 15,9% no mês de maio (IBGE, 2020). No período de jan.2015 até jun./2019 houve saldo positivo do fluxo de entradas e saídas de 114.075, indicando crescimento de participantes ativos do setor privado, mesmo com o cenário mais adverso da escala temporal, em virtude de recessão econômica (PIB-2015: -3,55%; 2016: -3,31; 2017: 1,3; 2018: 1,3; 2019: 1,1%) seguida por baixo crescimento do nível de produção.

Neste contexto de recessão econômica, com discussão da reforma da Previdência Social, a previdência complementar adquiriu maior relevância, decorrente da necessidade do trabalhador manter o perfil econômico, no pós-carreira. As reformas previdenciárias realizadas desde 1998, em virtude das regras de cálculo do salário de benefício e renda de aposentadoria, para a maioria dos brasileiros conduziu a renda média de aposentadoria para patamar menor, exigindo do segurado acumulação de patrimônio com a finalidade de geração de renda suplementar à aposentadoria (Souza, 2017; Sutto, 2019; Vitorino, 2017).

Ao analisar a quantidade de participantes ativos (Ativos) oriundo do segmento instituidor (Tabela 5) observa-se que essa variável está associada positivamente com a quantidade de EFPC, conforme esperado, pois aumento de EFPC sugere aumento de participantes ativos.

Tabela 5. Correlação *Spearman*: Segmento Instituidor (jul./2008 a jun./2019)

	Ativos	Qtde_EFPC	Entrada	Saída	PIB	Desocup	IGPM	Selic
Ativos	1,000							
Entrada	-0,08	1,000						
Saída	0,08	0,476*	1,000					
Qtde_EFPC	0,971*	-0,084	0,075	1,000				
PIB	-0,036	-0,000	-0,196*	-0,037	1,000			
Desocup	0,643*	-0,281*	-0,018	0,644*	0,063	1,000		
IGPM	0,103	0,021	0	0,03	0,064	-0,056	1,000	
Selic	-0,224*	0,056	0,154	-0,176*	0,057	-0,029	-0,066	1,000

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme resultados da pesquisa.

Constata-se também associação positiva com taxa de desocupação, indicando que aumenta no número de trabalhadores desocupados ocasiona aumento na quantidade de participantes ativos desse segmento, que é composto basicamente por profissionais liberais, com vínculo associativo. Essa associação sugere, que mesmo em face do crescimento da taxa de desocupação, os profissionais liberais continuaram realizando adesões aos planos administrados



por instituidores. Esse resultado pode ser em virtude da mudança da condição de empregado para profissional liberal, além do próprio estímulo já discutido sobre a alfabetização financeira e previdenciária em período de reformas previdenciárias ocorridas em 1998, 2003, 2015 e 2019 (Cacciamali & Tatei, 2016; Carvalho, 2020; Lavinias & Araújo, 2017).

Diferente do segmento do setor privado, o instituidor apresenta correlação inversa com a taxa de juros Selic, sugerindo que redução da taxa de juro estimula o crescimento do número de participantes ativos, com vínculo associativo. Esse resultado era esperado principalmente com o segmento privado, cujas patrocinadoras captam recursos de terceiros para financiar o ciclo operacional de suas atividades. Logo, menor taxa de juro gera maior estímulo à produção e por consequência à contratação de empregados, com possibilidade de adesão aos planos (Pochmann, 2015). O resultado sugere que as entidades instituidoras ampliaram suas vendas de planos de previdência, mesmo nesse cenário de juros mais baixos.

A quantidade de participantes ativos do setor público apresentou correlação significativa apenas com taxa de desocupação (*Spearman*; correlação = - 0,206; valor\_p (0,018)  $\leq$  5%). A associação inversa entre essas duas variáveis indica que aumento da taxa de desocupação conduz à redução de participantes ativos nesse segmento. Essa era a relação esperada, principalmente para os dois primeiros segmentos, onde a taxa de rotatividade é mais elevada (Blanchard, 2004; Cacciamali, 2016). Conforme amostra, observa-se que PIB e IGPM não apresenta influência significativa sobre o número de participantes ativos, nos três segmentos. Enquanto Selic apresenta associação apenas com a quantidade de participantes ativos do segmento instituidor.

## 5 Considerações Finais

Ao investigar a relação entre o ambiente socioeconômico e a quantidade de participantes ativos das EFPC, por meio das técnicas de correlação (*Spearman*) e teste de medianas (*Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*), com nível de significância de 5%. Os resultados revelaram diferenças significativas entre as medianas das quantidades de participantes ativos, para os segmentos: privado, instituidor e público e para as entradas e saídas de participantes do total das EFPC, conforme período em análise.

A análise de associação entre a quantidade de participantes ativos das EFPC e as variáveis socioeconômicas: PIB; taxa de desocupação; quantidade de EFPC; inflação; taxa de juros; fluxo de entrada e de saída de participantes ativos evidenciou as principais correlações significativas para o setor privado: associação inversa entre a quantidade de participantes ativos do setor privado e a quantidade de EFPC e associação direta com a taxa de desocupação. Ressalta-se que entidades singulares se associaram na forma de multipatrocinadoras, em busca da redução de custos decorrente do aumento de escala, por consequência houve redução da quantidade de EFPC no setor privado. Ainda assim, houve aumento da quantidade de participantes ativos.

O aumento da taxa de desocupação não reduziu a quantidade de participantes ativos do setor privado, pelo contrário foi observado crescimento. Essa relação direta entre aumento de participantes ativos e taxa de desocupação, pode ser explicada pela alfabetização financeira, decorrente da educação financeira e discussão em torno das reformas previdenciárias (2015 e 2019) que estimularam maior adesão aos planos de entidades fechadas de previdência. As empresas de médio e grande porte são aquelas com maior frequência de oferta de plano de previdência. Portanto, esse resultado sugere que a taxa de desocupação foi mais intensa para as



100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



empresas de pequeno porte.

A quantidade de participantes ativos do segmento instituidor está associada de forma significativa com as variáveis: quantidade de EFPC, taxa de desocupação e taxa de juros Selic. A associação da quantidade de ativos e de EFPC é direta, indicando que aumento da quantidade de entidades instituidoras conduz ao aumento de participantes aos planos administrados por elas, conforme esperado. A associação com taxa de desocupação também é positiva, indicando que o aumento de desemprego no país, no período em análise, conduziu ao crescimento do número de participantes, que em geral é composto por profissionais liberais. E a associação inversa com a taxa de juros sugere que a redução da taxa Selic estimula o crescimento econômico, por consequência possibilita o aumento de participantes ativos em planos de previdência com vínculo associativo. Ressalta-se, também, que no período em análise ocorreram discussões sobre reforma da Previdência Social, que sensibilizaram por maior proteção no pós-carreira, estimulando o trabalhador a investir em previdência privada, principalmente para esse segmento instituidor.

No segmento setor público, a quantidade de participantes ativos apresenta associação exclusivamente com a taxa de desocupação, indicando que aumento do desemprego reduz a quantidade de participantes ativos desse segmento, conforme esperado. Esse resultado observado apenas para o setor público indica que, principalmente por motivo de aposentadoria, o número de trabalhadores desligados das patrocinadoras vinculadas ao setor público não foi reposto na mesma proporção.

Portanto, verifica-se que há relação de correspondência entre a quantidade de trabalhadores que investiram em planos de previdência privada, administrados pelas EFPC e as variáveis: quantidade de EFPC, taxa de desocupação e taxa de juros. Logo, essas variáveis podem influenciar as adesões facultativas do público-alvo dos três segmentos, inclusive de forma distinta.

Esta pesquisa contribui para compreensão teórica da relação do ambiente socioeconômico e o comportamento dos trabalhadores quanto à adesão e manutenção dos planos de previdência privada ofertados pelas EFPC, organização da estrutura desse setor, bem como subsidia ações gerenciais por parte de políticas públicas, patrocinadoras e entidades. Como sugestão, propõe análise de regressão, por meio de modelo para dados em painel, com vista a avaliar a influência dessas variáveis, inclusive por segmentos.

## REFERÊNCIAS

Assaf, A., Neto. (2018). *Mercado Financeiro*. (14a ed.). São Paulo: Atlas.

Associação Brasileira de Previdência Complementar. (2020, jan./fev.). A nova geração de planos CD. *Revista Previdência Complementar*, São Paulo, 39(426), 21-26. Recuperado de <https://bit.ly/2LFCFSt>.

Banco Central do Brasil. (2020). *Taxa Selic*. Brasília: BACEN. Recuperado de <https://bit.ly/3dOhs4Q>.

Blanchard, O. (2004). *Macroeconomia*. Tradução: Mônica Rosemberg. (3a Ed.). São Paulo: Prentice Hall, 2004.

Cacciamali, M. C., & Tatei, F. (2016, maio/ago.). Mercado de trabalho: da euforia do ciclo



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. *Estudos Avançados*, São Paulo, 30(87), 103-121. Recuperado de <<https://bit.ly/2Z4Byno>>.

Carvalho, J. M. (2020). Os últimos 10 e os próximos 50 anos das EFPC. *Revista da Previdência Complementar*, São Paulo, 39(426), 39-44. Recuperado de <https://bit.ly/2WD1Ewg>.

Constanzi, R. N., Sidone, O. J. G., Araújo, C. E. A., Barbosa, E. C. R., Fernandes, A. Z., & Santos, C. F. (2017). *Perfil dos contribuintes para previdência privada*: Nota Técnica 43. Brasília: Ipea. Recuperado de <https://bit.ly/3cFktUV>.

*Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Dispõe sobre a criação e gestão da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e dá outras providências. Recuperado de <https://bit.ly/2yc5aEk>.

Demirgüç-Kunt, A., Klapper, L. F., & Panos, G. A. (2016, jun.). Saving for old age. *Policy Research Working Paper*, (7693), 1-41. Recuperado de <https://bit.ly/2VEyqOq>.

*Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. 2019. Recuperado de <https://bit.ly/3bKvsLL>.

England, J., & Chatterjee, P. (2005). *Financial education: A review of existing provision in the UK*. Londres: Department for Work and Pensions. Disponível em: <https://bit.ly/3bCqzUR>.

Fávero, L.P., & Belfiore, P. *Manual de Análise de dados*. Rio de Janeiro: LTC.

Freitas, A. F., Fernandes, L., Kronbauer, J., & Steil, A. V. (2019, jan./dez.). Análise bibliométrica das pesquisas empíricas quantitativas sobre os motivos da rotatividade no Brasil. *Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação*. Porto Alegre, 1(1), 1-12. Recuperado de <https://bit.ly/366lUsW>.

Fundação Getúlio Vargas. (2020). *Índices Gerais de Preços (IGP)*. Rio de Janeiro: FGV. Recuperado de <https://bit.ly/2ZbcbAq>.

Garcia, C. F. A. S. (2016). *Avaliação dos Impactos da Crise Econômica de 2008 nos indicadores financeiros das Entidades Fechadas de Previdência Complementar*. 2016. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://bit.ly/2z4iT0b>.

Huston, S. J. Measuring Financial Literacy. (2010, jun.). *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296-316. Recuperado de <https://bit.ly/3fZ7K1E>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desocupação e Inflação*. Brasília: IBGE. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Série histórica*. Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado de <https://bit.ly/3e3GEVl>.

Lavinas, L., & Araújo, E. (2017, jul./set.). Reforma da previdência e regime complementar. *Revista de Economia Política*, 37(3), 615-635. Recuperado de <https://bit.ly/363Xwsd>.

*Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001*. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Recuperado de <https://bit.ly/2z3bSwL>.

7 a 9 de setembro

ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as  
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Lourenço, E. Â. S., Lacaz, F.A.C., & Goulart, P. M. (2017, set./dez.). Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, (130), 467-486. Recuperado de <https://bit.ly/2LAlit2>.

Mankiw, N. G. (2015). *Macroeconomia*. (8a ed.). São Paulo: LTC.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2017). *Técnica de pesquisa*. (8a ed.). São Paulo: Atlas.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2005). *Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira*. Paris: OCDE. Recuperado de <https://bit.ly/2AAP0VR>.

Paula, L.F., & Pires, M. (2017, jan./abr.). Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, 31(89), 125-144. Recuperado de <https://bit.ly/2yFJZea>.

Pindyck, R. S., & Rubinfeld, D. L. (2010). *Microeconomia*. (7a ed.). São Paulo: Pearson Education do Brasil.

Pochmann, M. (2015, set./dez.). Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. *Estudos avançados*, 29(85), 7-19. Recuperado de <https://bit.ly/3bEZJLC>.

Rabelo, F.M. (2000, out./dez.). Perspectivas de expansão da previdência privada fechada no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 40(4), 1-13. Recuperado de <https://bit.ly/2TdEwCd>.

Savoia, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. A. (2007, nov./dez.). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista Administração Pública*, 41(6), 1121-1141. Recuperado de <https://bit.ly/3fYeb4L>.

Shu, F., Pontes, A. K., Massalai, R., Santana, A. G., Silva, L. M. L., & Nomi, V. K. (2017). *Educação financeira para além do conhecimento: estratégias de intervenção no comportamento de poupança*. Brasília: CVM. Recuperado de <https://bit.ly/2Zh1qMG>.

Silva, G. O., Silva, A. C. M., Vieira, P. R. C., Desiderati, M. C., Neves, M. B. E. (2017, set./dez.). Alfabetização financeira versus educação financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Revista de Gestão Finanças e Contabilidade*, 7(3), 279-298. Recuperado de <https://bit.ly/2yczVJk>.

Souza, L. M. (2017). *Evolução atuarial e econômica dos planos de previdência complementar face às reformas previdenciárias*. (Monografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Recuperado de <https://bit.ly/2X7axgv>.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar. (2019). *Bancos de dados (séries históricas de participantes ativos, quantidade de EFPC, fluxo de entrada e saída de participantes ativos), 2019*. Brasília: Previc. Recuperado de <https://esic.cgu.gov.br/sistema/Principal.aspx>. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação do Cidadão (e-SIC) – Processo 03006002851202087.

Superintendência Nacional de Previdência Complementar. (2020). *Por que promover a Educação Financeira e Previdenciárias?* Brasília: Previc. Recuperado de <https://bit.ly/2WDSqzN>.

Sutto, G. (2019). Reforma da previdência pode aumentar gastos das empresas com benefícios de





100% ON-LINE

## A Contabilidade e as Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças  
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade  
3º UFSC International Accounting Congress

  
7 a 9 de setembro



previdência complementar. *Infomoney*. Recuperado de <https://bit.ly/2WCts3B>.

Teles, V. K., Málaga, T., & Muinhos, M. K. (2020). Política macroeconômica para uma recuperação sustentável da economia. In Y. Nakano (Org.). *O Brasil sob reforma* (1a ed., Cap. 1). Rio de Janeiro: FGV.

Vitorino, A. A. (2017, nov.). A necessidade de instrumento complementar ao regime geral de previdência social. *Revista brasileira de previdência: atuaria, contabilidade e direito previdenciário*, 6, 144-182. Recuperado de <https://bit.ly/3fWar3Sf>.



ORGANIZAÇÃO



APOIO

